



ÚLTIMAS ECONOMIA REVISTA OPINIÃO TRIBUNA BLITZ PODCASTS JOGOS NEWSLETTERS



Por  **Iberdrola** Soluções de energia verde Saiba Mais

Exclusivo

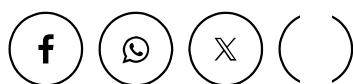
SOCIEDADE

# UGT não cede e aprova por unanimidade greve geral a 11 de dezembro



Os trabalhadores sociais-democratas são a segunda ala mais forte da UGT  
Manuel De Almeida/Lusa

O secretariado nacional da UGT decidiu esta quinta-feira, por unanimidade, propor ao conselho geral da UGT avançar para a greve geral, segundo documento a que o Expresso teve acesso



HÁ UMA HORA



**Isabel Vicente**  
Jornalista



**Paula Caeiro Varela**  
Jornalista

"**C**ontra a reforma laboral e em defesa dos trabalhadores", a greve de 11 de dezembro é a resposta da UGT "ao anteprojeto apresentado". Trata-se, segundo a central sindical, da "antecâmara de uma reforma laboral para os patrões", o qual "mereceu logo o rotundo não da UGT e dos seus sindicatos".

Na resolução do secretariado nacional da UGT tomada esta quinta-feira de forma unânime, a que o Expresso teve acesso, a central sindical afirma que não desistiu". Foi para "a mesa das negociações", esteve "nas reuniões da Comissão Permanente da Concertação Social, nas reuniões bilaterais com o Governo e com os Parceiros Sociais" mas nada funcionou. "O Governo passou de uma abertura total ao que os parceiros sociais negociassem à necessidade de respeitarem as 'traves-mestras' da reforma até à imposição de linhas vermelhas", acrescenta.

A UGT sublinha querer avanços, mas escreve "o que temos constatado é o oposto".

E vai mais longe ao dizer que "**o Governo coloca quem negocia perante um jogo de tudo ou nada, em que quaisquer evoluções ficam dependentes da assinatura de um acordo, sejam justas ou não**", o que sublinha: "**isto não é negociar**".

Denuncia ainda que "a concertação social transformou-se no palco de uma obsessão com a lei laboral, esquecendo quase tudo o resto" e que matérias como "a política de salários e rendimentos e a atualização dos acordos, a política de migrações, os problemas da habitação", colocadas pela UGT em cima da mesa, foram "ignoradas pelo Governo".

"Apenas interessa a legislação laboral", reitera a UGT, referindo querer "negociar" e "discutir o que interessa aos trabalhadores e ao País. Mas não negoceia sozinha".

É neste contexto que a central sindical presidida por Lucinda Dâmaso, decidiu propor ao Conselho Geral da UGT "a convocação de uma greve geral para o dia 11 de Dezembro de 2025", assim como "iniciar o diálogo e a articulação com as estruturas representativas dos trabalhadores, incluindo com a CGTP, com vista à construção de uma plataforma de unidade na acção". Lucinda Dâmaso faz parte da direção nacional do

PSD, convidada para assumir o lugar de vice-presidente do partido por Luís Montenegro, em outubro de 2024. O Secretário-Geral da Central Sindical é Mário Mourão, militante e dirigente socialista.

Tal como Expresso avançou, [o Governo chamou ontem para uma reunião à última hora os dois dirigentes da UGT](#), numa tentativa de manter aberta a via do diálogo, e procurará manter as negociações, apesar da greve geral.

Os argumentos e reivindicações são muitas: "contra uma reforma laboral que não pode avançar; contra um ataque sem precedentes aos trabalhadores e sindicatos e contra a cegueira face aos problemas reais dos portugueses".

A UGT quer que possa haver "um verdadeiro diálogo e uma negociação com resultados", e que a "legislação responda aos verdadeiros desafios do presente e do futuro do trabalho".

O trabalho remonta ao verão. A 25 de julho, a UGT, lê-se no documento a que o Expresso teve acesso,, "foi confrontada com a apresentação, em sede de concertação social, do Anteprojeto de Lei da reforma da Legislação Laboral, que o Governo decidiu chamar de "Trabalho XXI".

Tratava-se, como considerou, de "uma proposta tão fora de tempo, num contexto de crescimento económico, estabilidade financeira e de pujança do mercado de trabalho, como atentatória do espírito do diálogo social, uma vez que traduz uma opção clara em favor dos empregadores, cortando direitos aos trabalhadores e prejudicando a atividade dos sindicatos".

Com questões que vão desde "o banco de horas individual à contratação a termo, dos despedimentos ao outsourcing, da parentalidade à formação profissional", que conduz a "um aumento do poder unilateral dos empregadores e a fragilização de quem trabalha. Na negociação coletiva, no direito à greve e na ação sindical nas empresas, vemos um ataque a quem defende os trabalhadores, seja à mesa das negociações, seja nos locais de trabalho, seja na utilização da última arma que é a greve".

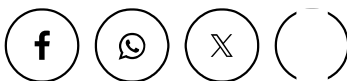
## RELACIONADOS

Governo chamou UGT para reunião de última hora, mas "não há margem de recuo" para a greve geral

---

Fact-Check: Houve dez greves gerais no pós 25 abril, quase metade foram nos governos de Passos Coelho, mas Sócrates também teve duas

---



Tem dúvidas, sugestões ou críticas? Envie-me um e-mail:

[Vicente@expresso.impresa.pt](mailto:Vicente@expresso.impresa.pt)

## ÚLTIMAS NOTÍCIAS

**Manuel João Vieira: "O centro de Lisboa tornou-se uma aldeia de índios para inglês ver, só que já não tem os índios. Esqueceram-se de deixar a população típica"**

**Quedas de árvores e estruturas, aluimentos, salvamentos em terra e água: quase 1300 ocorrências registadas devido à depressão Cláudia**

**Vinho de ânfora: ritual milenar da abertura das talhas cumpre-se na Vidigueira**

**Paris Jackson: "As drogas destruíram a minha vida"**

---

## + Sociedade

### METEOROLOGIA